

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

 Senhores Acionistas:
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Banco Pecúnia S.A., relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. São Paulo, 28 de agosto de 2013

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2013		2012		PASSIVO	Nota	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012		
CIRCULANTE		494.430	676.953			CIRCULANTE		371.959	421.950		
DISPONIBILIDADES	4	169	246			DEPÓSITOS	15	353.054	397.072		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	18.506	125.247			DEPÓSITOS À VISTA		416	245		
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		18.506	125.247			DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		352.638	396.827		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		-	8.145								
CARTEIRA PRÓPRIA	6.a)	-	8.014			RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		14	27		
VINCULADOS À PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	6.a)	-	131			RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS A LIQUIDAR		14	27		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		358	3.345								
PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS A LIQUIDAR		5	13			RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		15	604		
CRÉDITOS VINCULADOS		7	95			RECÚRSOS EM TRANSITO DE TERCEIROS		15	604		
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES		346	3.237								
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1	25			OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS		16	-	619	-
TRANSFERÊNCIA INTERNA DE RECURSOS		1	25			EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR		-	619		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		452.620	508.513								
SETOR PRIVADO	7	541.127	571.631			OUTRAS OBRIGAÇÕES		18.876	23.628		
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUIDOSA	8	(88.507)	(63.118)			COBRANÇA E ARRECADADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMBLHADOS FISCALS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	166	298		
OUTROS CRÉDITOS	9.a)	588	513			DIVERSAS	9.c)	10.996	12.625		
DIVERSOS		269	513				8.014	10.705			
OUTROS VALORES E BENS		22.188	30.919			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		532.737	867.779		
OUTROS VALORES E BENS		684	537			DEPÓSITOS		391.309	717.447		
DESPESAS ANTECIPADAS	10	21.504	30.382			DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		391.309	717.447		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		500.817	706.689								
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		11.287	-			OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS		16	-	31.400	-
CARTEIRA PRÓPRIA	6.a)	11.146	-			EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR		-	31.400		
VINCULADOS À PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	6.a)	141	-								
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		426.083	579.341			OUTRAS OBRIGAÇÕES		141.428	118.932		
SETOR PRIVADO	7	484.322	640.041			FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	127.132	113.454		
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUIDOSA	8	(58.239)	(60.700)			DIVERSAS	9.c)	14.296	5.478		
OUTROS CRÉDITOS		37.708	89.687			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		17	28.139	49.069	-
DIVERSOS	9.a)	37.708	89.687			RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		28.139	49.069		
OUTROS VALORES E BENS		25.739	37.661								
OUTROS VALORES E BENS		104	127			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.439	68.671		
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE OUTROS VALORES E BENS		(104)	(127)			CAPITAL SOCIAL	18	423.596	287.596		
DESPESAS ANTECIPADAS	10	25.739	37.661			RESERVAS DE CAPITAL	24	328	185		
PERMANENTE		9.027	23.827			RESERVAS DE REAVALIÇÃO		239	260		
INVESTIMENTOS	12	5.191	11.001			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		3	(2)		
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS		5.191	11.001			PREJUÍZOS ACUMULADOS		(352.727)	(219.368)		
OUTROS INVESTIMENTOS		59	59								
PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS		(59)	(59)			TOTAL DO PASSIVO		1.004.274	1.407.469		
IMOBILIZADO DE USO		1.020	3.039								
IMÓVEIS DE USO		207	207								
REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO		804	804								
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		1.968	4.268								
DEPRECIações ACUMULADAS		(1.959)	(2.240)								
DIFERIDO		75	185								
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO		1.129	1.129								
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO		(1.054)	(944)								
INTANGÍVEL		2.741	9.602								
ATIVOS INTANGÍVEIS	14	46.393	19.463								
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO INTANGÍVEL		(43.652)	(9.861)								
TOTAL DO ATIVO		1.004.274	1.407.469								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	262.596	-	269	(2)	(172.467)	90.396
Homologação de aumento de capital - AGE de 12/01/12	25.000	-	-	-	-	25.000
Plano de pagamento baseado em ações	-	185	-	-	-	185
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(9)	-	16	7
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(46.917)	(46.917)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	287.596	185	260	(2)	(219.368)	68.671
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	423.596	251	250	(2)	(316.605)	107.490
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	5	-	5
Plano de pagamento baseado em ações	-	77	-	-	-	77
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(11)	-	17	6
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(36.139)	(36.139)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	423.596	328	239	3	(352.727)	71.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (Em milhares de reais)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pecúnia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. Parte das captações vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Societé Générale Brasil S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. Foram efetuadas reclassificações nas demonstrações dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas de 30 de junho de 2012 para melhor comparação com as informações de 30 de junho de 2013, como segue:

	30.06.2012	30.06.2012	30.06.2012
	Original	Ajustes	Reapresentado
Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa (1)	(198)	198	-
Reversão para créditos cedidos com coobrigação	(198)	198	-
Varição de ativos e passivos	(3.671)	(198)	(3.869)
Redução em outros obrigações	(3.671)	(198)	(3.869)
Notas Explicativas - 14. Intangível (2)	3.640		3.640
Agio	13.142	25.181	38.323
Provisão para amortização	-	(24.822)	(24.822)
Amortização acumulada	(5.328)	292	(5.620)
Outros	359	(359)	-
Amortização acumulada	(4.533)	292	(4.241)
Notas Explicativas - 19. Imposto de Renda e Contribuição Social (3)	(24.123)	-	(24.123)
Provisão com cessão de crédito	-	134	134
Outras despesas não dedutíveis, líquidas	5.002	(7.000)	(1.998)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(29.125)	6.866	(22.259)
Notas Explicativas - 20. Transações com partes relacionadas (4)	(30.704)	18.072	(12.632)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda - Depósitos a vista	-	(89)	(89)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda - Valores a pagar para sociedades ligadas	(30.704)	18.161	(12.543)

(1) Reclassificação da linha "Reversão para créditos cedidos com coobrigação" do grupo "Atividades operacionais - Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa" contra a linha "Redução em outras obrigações" do grupo "Atividades operacionais - Variação de ativos e passivos"; (2) Inclusão da linha "Provisão para amortização" com consequente reclassificação das linhas "Agio", "Amortização acumulada" e "Outros"; (3) Inclusão da linha "Provisão com cessão de crédito" com reflexo em "Outras despesas não dedutíveis líquidas" e reclassificação da linha "Outras despesas não dedutíveis líquidas" para "Provisão para crédito de liquidação duvidosa"; (4) Inclusão da linha "Depósitos a vista" e correção da linha "Valores a pagar para sociedades ligadas". Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações de fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.007/11; f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será da maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 19/08/2013.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Auração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para atendimento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, de acordo com a intenção da Administração, quais sejam: "Títulos para negociação"; "Títulos disponíveis para venda"; e "Títulos mantidos até o vencimento". Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, segregadas em curso normal, atraso inferior a 15 dias, e vencidas, atraso igual ou superior a 15 dias, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN n.º 2.682/99 do BACEN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito com coobrigação registrados na rubrica "Outras obrigações". **f) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)** - São derivadas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores e de Mercadorias e Futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **g) Investimentos** - As participações em controlada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **h) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa n.º 13 e compatíveis com o tempo da vida útil econômica dos bens. **i) Diferido** - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (em milhares de reais - exceto prejuízo líquido por ação)

	Nota	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		157.972	179.262
Operações de crédito		152.796	174.009
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.176	5.253
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(117.081)	(132.548)
Operações de captação no mercado		(48.589)	(58.184)
Operações de empréstimos e repasses		-	(1.552)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(68.492)	(72.812)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		40.891	46.714
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(66.953)	(76.710)
Receitas de tarifas bancárias		12.730	13.503
Despesas de pessoal		(3.956)	(4.043)
Outras despesas administrativas	21	(48.154)	(64.295)
Despesas tributárias		(1.989)	(2.125)
Resultado de participação em controlada		2.328	2.227
Outras receitas operacionais	22	4.032	4.443
Outras despesas operacionais	23	(31.944)	(21.966)
RESULTADO OPERACIONAL		(26.062)	(29.996)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(125)	(265)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO		(26.187)	(30.261)

(continuação)



Banco Pecúnia S.A.

Av. Paulista, 402 - 16º andar - São Paulo - SP
CNPJ 60.850.229/0001-47**SOCIETE GENERALE GROUP**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (Em milhares de reais)

c) Outras obrigações – diversas

	2013	2012
Cheques administrativos	-	4
Obrigações por aquisição de bens e direitos	13	18
Provisão para pagamentos a efetuar - Fornecedores	1.643	2.136
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas de Pessoal	893	868
Provisão para contingências-Processos trabalhistas (nota explicativa n.º 11 b) (a)	8.364	2.758
Provisão para contingências-Processos civis (nota explicativa n.º 11 b) (b)	5.496	1.758
Provisão para pagamentos a efetuar - SG Paris (nota explicativa n.º 20 a)	25	7
Provisão para riscos operacionais	-	1.730
Provisão para perdas com créditos cedidos com coobrigação (nota explicativa n.º 25 b)	436	962
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa n.º 20 a)	1.524	2.532
Valores a repassar - Premio de seguro (c)	591	1.157
Recebimentos a processar	3.254	1.427
Credores diversos no País - demais	71	809
Credores diversos no País - lojistas	-	17
Total	22.310	16.183
Curto prazo	8.014	10.705
Longo prazo	14.296	5.478

(a) Refere-se à provisão para processos judiciais trabalhistas em andamento. A provisão foi constituída com base na perda média histórica, atualizada, dos últimos cinco anos. (b) Refere-se à provisão para processos judiciais civis em andamento. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda. (c) Refere-se a prêmios de seguro prestamista, a serem repassados à Zurich Brasil Seguros Ltda.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se a serviços pagos antecipadamente pela contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos contratos em carteira.

	2013	2012
Comissões	47.243	68.043
Total	47.243	68.043
Curto prazo	21.504	30.382
Longo prazo	25.739	37.661

11. ATIVOS CONTINGENTES, PROVISÕES PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes de processos judiciais. **a) Ativos contingentes** - Em 30 de junho de 2013 e de 2012, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização. **b) Saldos Patrimoniais das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais por natureza**

	2013	2012
Provisões para riscos fiscais (1)	127.000	113.313
Provisões para riscos trabalhistas (2)	9.364	2.758
Provisões para riscos civis (2)	5.496	1.758
Total	140.860	117.829

(1) Nota explicativa n.º 9.b. 2) Nota explicativa 9.c

c) Movimentação das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais

	2013				2012			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	120.694	2.248	1.813	124.755	104.757	2.941	1.235	108.933
Constituição (1)	4.825	6.116	3.683	14.624	5.894	-	523	6.417
Reversão de provisão (2)	(626)	-	-	(626)	-	(183)	-	(183)
Atualização (1)	2.107	-	-	2.107	2.662	-	-	2.662
Saldo final	127.000	8.364	5.496	140.860	113.313	2.758	1.758	117.829

Depósitos em garantia - outros créditos (3)

	2013	2012
Depósitos em garantia - outros créditos (3)	29.236	960

(1) nota explicativa n.º 23. (2) nota explicativa n.º 22. (3) nota explicativa n.º 9 a

d) O detalhamento das provisões, obrigações legais e dos riscos por probabilidade de perda em 30 de junho de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	2013							
	Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos civis			
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado		
Perdas								
Obrigações legais (a)	106.745	106.745	-	-	-	-	-	-
Prováveis (a)	20.255	20.255	8.364	8.364	5.496	5.496	-	-
Possíveis (b)	16.781	-	9.466	-	52.943	-	-	-
Remotas	5.255	-	-	-	2.148	-	-	-
TOTAL	149.036	127.000	17.830	8.364	60.587	5.496		

	2012							
	Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos civis			
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado		
Perdas								
Obrigações legais (a)	92.934	92.934	-	-	-	-	-	-
Prováveis (a)	20.379	20.379	2.758	2.758	1.758	1.758	-	-
Possíveis (b)	16.304	-	15.524	-	38.859	-	-	-
Remotas	4.791	-	-	-	13.200	-	-	-
TOTAL	134.408	113.313	18.282	2.758	53.817	1.758		

(a) **Perdas prováveis e obrigações legais - Legais, fiscais e previdenciárias** - COFINS - ampliação da base de cálculo da COFINS - R\$ 99.350 (R\$ 85.718 em 2012) - ação judicial contestando a ampliação da base de cálculo da COFINS (Lei 9.718/98), aguardando mandato de segurança. IRPJ e CSLL R\$ 13.288 (R\$ 13.260 em 2012). Refere-se a questionamento sobre recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999. (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta). Aguarda-se análise de admissibilidade do recurso. Plano VERAÓ - R\$ 6.541 (R\$ 6.399 em 2012). Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990. Não há depósito judicial. PIS - R\$ 855 (R\$817 em 2012). Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.718/98, até 30 de junho de 1999. Aguardando julgamento. IRPJ 1992 - R\$ 2.246 (R\$ 2.278 em 2012). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém esta foi baixada em 2012, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª Região. IRPJ e CSLL 1990 - R\$ 4.720 (R\$ 4.814 em 2012). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª Região. CSLL - R\$ 27 em 2012. Refere-se ao reconhecimento do seu direito de não ser compelida ao recolhimento da antecipação da CSLL instituída pelo artigo 8º da Lei 7.787/89. Aguardando julgamento do recurso de apelação. (b) **Passivos contingentes classificados como risco de perda possível** - Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente a CSLL - R\$ 5.156 (R\$ 5.012 em 2012). Refere-se ao fato de infração questionando parcelas de estimativas não recolhidas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999. Entretanto, o Banco efetuou compensação dessas parcelas através de processo homologado pela Receita Federal. Face a compensação, o Banco entrou com recurso questionando o auto de infração, o qual é avaliado como perda possível pelos assessores legais do Banco. IRPJ/CSLL - R\$ 6.541 (R\$ 6.383 em 2012). Refere-se a questionamento de débitos de IRPJ e CSLL, referente aos anos base 1997 e 1998, em razão da aplicação do IPC no mês de janeiro de 1989 na correção monetária das demonstrações financeiras. O Banco apresentou petição e aguarda sentença, a qual é avaliada como perda possível pelos assessores legais do Banco. PIS - R\$ 5.084 (R\$ 4.909 em 2012). Refere-se ao questionamento declarando o direito de recolher o PIS, referente aos exercícios anteriores a 2000, apenas sobre as receitas de serviço. Conforme avaliação dos assessores legais do Banco a perda é possível. **Trabalhistas** - São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. **Cíveis** - São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por danos material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudentia de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	CREDIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA			
	2013	2012		
Informações da controlada:				
Capital social	7.133	7.133		
Quantidade de cotas	2.038.000	2.038.000		
Porcentagem da participação (%)	100%	100%		
Patrimônio líquido em 30 de Junho	5.191	11.001		
Lucro / (Prejuízo) do semestre	2.328	(2.227)		
Movimentação dos investimentos:				
Saldo no início do semestre	2.863	13.228		
Resultado de equivalência patrimonial	2.328	(2.227)		
Saldo no final do semestre	5.191	11.001		

13. IMOBILIZADO

	2013		2012			
	Taxa anual de depreciação	Depreciação Custo acumulada	Valor líquido	Depreciação Custo acumulada	Valor líquido	
Terenos	78	-	78	78	-	
Imoveis de Uso	4%	933	(614)	319	933	
Instalações	10%	209	(204)	5	209	
Móveis, máquinas e equipamentos de uso	10%	380	(226)	154	477	
Sistemas de comunicação	10%	187	(85)	102	319	
Sistemas de processamento de dados	20%	759	(692)	67	1.037	
Sistemas de segurança	10%	251	(138)	113	251	
Imobilizações em andamento	-	182	-	182	1.975	
Total	2.979	(1.959)	1.020	5.279	(2.240)	3.039

14. INTANGÍVEL

	2013	2012
Ágio (*)	38.323	38.323
Provisão para amortização	-	(24.822)
Amortização acumulada	(38.323)	(5.620)
Ágio Líquido	-	7.881
Softwares	8.070	5.962
Amortização acumulada	(5.329)	(4.241)
Líquido	2.741	1.721
Total	2.741	9.602

(*) Em dezembro de 2012 foi reconhecida a amortização integral do saldo remanescente do ágio adido à incorporação da empresa Galo S.A. pelo Banco em maio de 2008, em razão da incerteza de sua realização através dos benefícios econômicos futuros advindo das atividades, dentro do horizonte de cinco anos, conforme estabelecido no CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08.

15. DEPÓSITOS

	2013				2012			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Depósitos								
A vista	416	-	-	-	416	245	-	-
Interfinanceiros	54.981	297.657	391.309	743.947	78.074	318.753	717.447	1.114.274
Total	416	54.981	297.657	391.309	78.490	318.753	717.447	1.114.274

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Refere-se a empréstimo obtido no exterior, em moeda nacional, no valor original de R\$31.400, com vencimento em 2014, sujeito à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. Em 15 de outubro de 2012 o Banco liquidou antecipadamente o empréstimo obtido no exterior, em moeda nacional, pelo montante de R\$ 33.130, cujo vencimento era 2014 e estava sujeito à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

	2012
Obrigações por empréstimos no exterior	-
Empréstimos em moeda nacional	32.019
Total	32.019
Curto prazo	619
Longo prazo	31.400

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se à taxa de cadastro cobrada no ato da contratação do financiamento, apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 30 de junho de 2013 o capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 423.596 (R\$ 287.596 em 2012), estava representado por 105.127.380 (25.127.380 em 2012) ações ordinárias, sem valor nominal. Em 03 de janeiro de 2012 houve aumento de capital social de R\$25.000, mediante emissão de 5.115.940 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$287.596 e o total de 25.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de janeiro de 2012. Em 12 de dezembro de 2012 houve aumento de capital social de R\$136.000, mediante emissão de 80.000.000 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$423.596 e o total de 105.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 17 de dezembro de 2012. **b) Distribuição de lucros** - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária. **c) Reserva de Capital** - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa n.º 24.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias basicamente relativas à provisão para perdas com operações de crédito e à provisão para contingências. **a)** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes incidentes sobre as operações no semestre findo em 30 de junho de 2012. Em 30 de junho de 2013 não foram constituídos créditos tributários.

	Imposto de Renda 2012	Contribuição Social 2012
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	6.028	3.617
Contingências	16.394	9.836
Provisão para perdas com créditos	15.298	9.179
Total dos créditos tributários	37.720	22.632

b) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2013	2012	2013	2012
	Reapresentado	Reapresentado		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, líquido de participações estatutárias	(26.187)	(30.261)	(26.187)	(30.261)
aliquota vigente	25%	25%	15%	15%

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2013	2012	2013	2012
de acordo com a alíquota vigente	6.547	7.565	3.928	4.539

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2013	2012	2013	2012
de acordo com a alíquota vigente	1.088	(1.388)	629	(863)
resultado de participação em controlada	582	(557)	349	(334)
reversão de provisão do ágio sobre incorporação da Galo S.A.	-	310	-	186
provisão com cessão de crédito	98	84	59	50
provisão para despesas entre empresas do grupo	(2)	5	(1)	3
baixa da amortização do ágio	470	-	282	-
outras despesas não dedutíveis, líquidas	(60)	(1.230)	(60)	(768)

Efeito do crédito tributário de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com a alíquota vigente

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2013	2012	2013	2012
de acordo com a alíquota vigente	6.547	7.565	3.928	4.539

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2013	2012	2013	2012
de acordo com a alíquota vigente	1.088	(1.388)	629	(863)
resultado de participação em controlada	582	(557)	349	(334)
reversão de provisão do ágio sobre incorporação da Galo S.A.	-	310	-	186
provisão com cessão de crédito	98	84	59	50
provisão para despesas entre empresas do grupo	(2)	5	(1)	3
baixa da amortização do ágio	470	-	282	-
outras despesas não dedutíveis, líquidas	(60)	(1.230)	(60)	(768)

Efeito do crédito tributário, não constituído, sobre as diferenças temporárias:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2013	2012	2013	2012
provisão para riscos	(13.840)	(16.568)	(8.304)	(9.941)
provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.183)	(2.656)	(2.510)	(1.594)
provisão para crédito de liquidação duvidosa	(9.657)	(13.912)	(5.794)	(8.347)

Despesa de imposto de renda e contribuição social

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2013	2012	2013	2012
	(6.205)	(10.391)	(3.747)	(6.265)

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2013	2012	2013	2012
Base de cálculo:				
Diferenças temporárias	287.612	243.378	287.612	243.378
provisão para créditos de liquidação duvidosa	146.746	125.547	146.746	125.547
provisão para contingências	140.860	117.829	140.860	117.829
ajuste a valor de mercado	6	2	6	2

Prejuízos fiscais

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2013	2012	2013	2012
Total	3.941	24.113	4.119	24.113
Al				